

III ENECULT

TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Trabalho apresentado no III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

Água Grande, Pedras Duras; história e memórias do Rio Paraguaçu: um olhar cultural sobre populações ribeirinhas.

Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa

1 – Apresentação

Projeto de pesquisa desenvolvido em 13 cidades (Maragogipe, São Félix, Cachoeira, Muritiba, Governador Mangabeira, Antonio Cardoso, Rafael Jambeiro, Santo Estevão, Castro Alves, Feira de Santana, Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição de Feira e São Gonçalo) às margens ou nas proximidades do Rio Paraguaçu, no Recôncavo Baiano. O objetivo geral foi identificar usos e costumes, valores culturais, bens patrimoniais materiais e imateriais, com a finalidade de compreender e inventariar a cultura ribeirinha, suas origens, sua apropriação e/ou transformação entre os atuais habitantes dos municípios pesquisados. Os dados obtidos deverão ser incorporados ao projeto do futuro Museu do Paraguaçu.

2 – Introdução

No ano de 2006, considerado o Ano Internacional da Água pela ONU, UNESCO, e outras organizações afins, estimulou grupos de estudo sobre o tema a desenvolverem ações diversificadas no sentido de se obter compreensão sobre as questões da água doce no planeta Terra, bem como elaborar estratégias de preservação dos rios, lagos e mananciais, ao mesmo tempo em que se buscou soluções de

divulgação dos resultados no âmbito governamental e nas regiões portadoras de rico patrimônio aquífero.

Nesse sentido, o projeto ora referido, adotando por princípio de base a definição ampla de Patrimônio Cultural consolidada a partir da Conferencia de Caracas, em 1992, foi realizado durante o ano de 2006, sob a coordenação da Prof. Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa (FFCH/UFBA), com o patrocínio da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia. O projeto foi pensado em três etapas envolvendo a pesquisa histórica e cultural em campo, a elaboração de relatório técnico acompanhado de apresentação oral dos resultados e a elaboração de proposta para o Museu do Paraguaçu sob a metodologia dos ecomuseus.

Contando com uma equipe de 4 pesquisadores da área das Ciências Humanas, 1 fotografo e cinegrafista, 1 administrador, 1 secretária e 1 motorista, o projeto se desenvolveu, em sua 1ª etapa, ao longo do Rio Paraguaçu, perfazendo um itinerário que se iniciou na foz seguindo em direção à nascente, isto é, subindo de Maragogipe para Rafael Jambeiro, passando pela Barragem de Pedra do Cavalo.

Na sua 1ª etapa, o projeto Água Grande, Pedras Duras: história e memórias do Rio Paraguaçu, constou de levantamento de dados históricos e de bens culturais, de natureza tangível e intangível, dos municípios já citados, nos quais foram feitas entrevistas com moradores, autoridades municipais e pesquisadores locais, além de vasta pesquisa bibliográfica e documental.

Sem dúvida, as viagens pelas cidades sedes dos municípios, pelos vários distritos e vilas desses mesmos municípios, serviram de importante meio para se obter informações preciosas acerca da história, da cultura, dos costumes, enfim da vida que pulsa intensamente em todos eles. Foram visitados museus e galerias,

igrejas e terreiros de candomblé, centros e periferias, arquivos e bibliotecas. Pessoas das mais diversas profissões, como: professores, pescadores, lavadeiras, benzedadeiras, historiadores, ambientalistas, jornalistas, artistas, artesãos ceramistas, produtores culturais e desportistas deram seus depoimentos.

Essas informações foram acrescidas de vasta pesquisa bibliográfica e eletrônica possibilitando, assim, a formação de um quadro diagnóstico dessas cidades e do rio Paraguaçu.

3 – Fundamentação Teórica

O projeto está fundamentado no conceito de patrimônio cultural estabelecido na Declaração de Caracas (1992) que considera “patrimônio cultural de uma nação, região ou comunidade todas as expressões materiais, imateriais e espirituais que a simbolizam, assim como o meio ambiente natural que lhe é próprio”.

Apóia-se também na Constituição da República Federativa do Brasil, especificamente em seus artigos 215 e 216, nos quais estabelece as obrigações do estado brasileiro com as fontes da cultura nacional e define o que constitui o patrimônio cultural brasileiro.

Uma outra importante referencia é a Política Nacional dos Museus, lançada pelo Ministério da Cultura em maio de 2003, cujas diretrizes enfatizam a promoção da preservação do patrimônio cultural nacional, em todos os seus aspectos.

O patrimônio cultural, durante muitos anos, foi um conceito utilizado para designar um conjunto de bens arquitetônicos, tornando-se quase sempre sinônimo de um *patrimônio de pedra e cal*, constituído por edificações dotadas de valor histórico-artístico. Entretanto o patrimônio cultural ganharia novos horizontes a partir dos anos

1960, quando muitos movimentos civis, políticos e sociais ao redor do mundo passaram a reivindicar por uma sociedade diferente, na qual deveria existir, entre outros aspectos, novos espaços e formas de preservar os bens culturais.

Como exemplo da mudança de paradigma, é possível citar a Convenção referente à proteção do patrimônio cultural e natural da humanidade, que foi aprovada pela Assembléia Geral da UNESCO em 1972.¹ O caráter desta Convenção é sumamente original e consagra novas e importantes idéias. Ela liga as noções de natureza e cultura, até então vistas como diferentes e, mais do que isso, antagônicas. De fato, durante muito tempo, natureza e cultura se opunham: o homem devia conquistar uma natureza hostil, enquanto a cultura simbolizava os valores espirituais. Mas, na verdade, natureza e cultura se complementam: a identidade cultural dos povos é forjada no meio em que vivem e, em geral, parte da beleza das mais belas obras criadas pelo homem provém exatamente da integração com o lugar em que se encontram. Desde então, a questão ambiental vem sendo cada vez mais incorporada ao debate patrimonial.

Logo, toma-se como fundamento deste projeto a definição de Patrimônio Cultural² adotada pelos organismos internacionais em 1992 (Declaração de Caracas). Através dela, percebe-se que existe em cada município histórico da Bahia, um conjunto patrimonial significativo, que estimula o surgimento de ações educativas e culturais visando a salvaguarda daquele patrimônio. Os municípios são locais extremamente ricos em “saberes e fazeres” que estão acumulados na memória coletiva, mas não estão sistematizados de forma a poderem contribuir para o desenvolvimento auto-sustentado da região.

¹ 17ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

Esta perspectiva se fortalece ainda mais, ao considerarmos que

Os objetos patrimoniais, os monumentos, sítios e centros históricos, ou o patrimônio natural são um recurso educacional importante, pois permitem a ultrapassagem dos limites de cada disciplina, e o aprendizado de *habilidades e temas* que serão úteis na vida... (HORTA, 1999)

Tal aprendizado torna-se útil na vida cotidiana de todos os habitantes dos pequenos e grandes municípios, em cada região do mundo, desde que as autoridades competentes, em constante diálogo com a sociedade civil organizada, privilegiem atitudes de preservação e difusão da riqueza patrimonial que possuem.

Importante destacar também que, tendo sido eleito pela UNESCO, o tema da proteção e salvaguarda dos recursos de água doce e sua qualidade, na década internacional (2005-2015) AGUA PARA A VIDA³, todos os esforços estão sendo solicitados no sentido de estimular a compreensão de que a água é fonte de vida e que devem surgir ações de curto, médio e longo prazos, para a promoção de um plano de manejo da água doce.

Considerando que a água doce é um bem vital para o ecossistema e que este bem está sendo desperdiçado, a sua utilização e preservação devem ser otimizadas. Para tal, torna-se indispensável o surgimento de iniciativas públicas para maior conscientização dos cidadãos.

O meio ambiente aquífero e doce é caracterizado pelo seu ciclo hidrológico, notadamente enchentes e períodos de seca que vem sendo intensificados nos últimos anos, cujas conseqüências têm se

³ 2005-2015 : International Decade for Action "Water for Life"

tornado cada vez mais brutais em certas regiões do planeta. As mudanças do clima mundial⁴ e a poluição atmosférica podem ter uma incidência sobre os recursos da água doce e, através da elevação do nível da água do mar, as regiões costeiras e os pequenos ecossistemas insulares tornam-se ameaçadas.

Como a água é necessária a todos os aspectos da vida, torna-se fundamental prover a população de conhecimento e instrumentos adequados para torná-la parceira nas atitudes de vigilância dos reservatórios de água de boa qualidade colaborando com as funções hidrológicas, biológicas e químicas dos ecossistemas. Essa parceria, aliada à recursos tecnológicos inovadores, se faz necessária para que seja possível utilizar plenamente os recursos, atualmente limitados e em vias de extinção, da água doce.

Assim, de acordo com estes pressupostos, o presente projeto tem a intenção de promover a conscientização da população dos municípios que fazem parte do lago da barragem de Pedra do Cavalo através de ações educativas e culturais. A finalidade é levar o público a exercitar uma reflexão em relação ao uso e aproveitamento adequado da água doce e sobretudo a conhecer a política ambiental brasileira.

⁴ Ventos, temperaturas extremas e chuvas têm batido recordes de destruição em toda a Terra, através da formação de ciclones, furacões, inundações, que geram prejuízos de toda ordem além de apreensão e intranqüilidade, tal como se pode acompanhar na imprensa mundial.

4 – Resumo dos dados gerais obtidos

4.1 A origem das cidades

Os municípios estudados pertencem ao Baixo Paraguaçu, que abrange duas regiões distintas: o Recôncavo e o Sertão, com suas peculiaridades decorrentes de fatores como clima e vegetação. Também quanto a história, esses municípios apresentam grandes diferenças que associadas aos costumes de cada época, apresentam uma riqueza cultural merecedora de atenção especial por parte das autoridades municipais, estaduais e federais, já que a formação social do Brasil tem ali uma pedra fundamental.

Os primeiros municípios pesquisados, os do Recôncavo, têm a sua origem nas plantações de cana-de-açúcar e de fumo; nos engenhos de fabricação de açúcar, nas fábricas de charutos; nos conventos e igrejas construídos pelos jesuítas desde o início da colonização portuguesa; grande importância teve, também, o rio Paraguaçu, na formação dessas cidades, principalmente São Félix, Cachoeira e Maragojipe, devido a navegação ser possível nessa parte do rio até o porto da capital do estado, fazendo o transporte de mercadorias e de pessoas, de produtos e de idéias; certamente de muitos sonhos.

Os municípios do sertão são originados das fazendas e currais de gado bovino, dos tropeiros e boiadeiros que transportavam o gado vindo dos mais longínquos sertões da Bahia e Minas Gerais; dos abrigos onde descansavam e davam de beber aos animais; das capelas construídas pelos fazendeiros em homenagem aos santos protetores.

Observa-se que esses lugares foram se desenvolvendo envolvidos em muitas lendas e mitos, até hoje presentes na vida dos seus moradores. De maneira geral as lendas estão ligadas às imagens dos santos que andavam pelos caminhos, que não se conformavam com as mudanças de capelas e fugiam para as capelas antigas. No Argoim, distrito de Rafael Jambeiro, existe a pedra com “a marca do pezinho de Santo Antônio”. Em Santo Estevão conta-se que o santo fugia durante a noite para a capela de Santo Estevão Velho, até que o padre, vencido pela insistência do santo em permanecer na velha capela, mandou buscar outra imagem em Portugal para a capela construída em sua nova fazenda.

4.2 Traços culturais

Grupos étnicos:

Índios: a presença da cultura indígena é notada principalmente nos nomes dos lugares, especialmente rios e lagoas; nos nomes de peixes; na pesca e nos artefatos de pescar; nas comidas feitas com a mandioca.

Africanos: como herança da cultura afro, conservam-se os ritos e celebrações religiosas, em grupos específicos ou em atitudes individuais; os cantos e expressões lingüísticas, o modo de vestir, as comidas feitas à base do dendê e da pimenta.

Europeus: a presença da cultura portuguesa é predominante, logicamente por ter sido imposta, em um processo de aculturação forçada pelo colonizador. As edificações como igrejas, construções civis e militares seguem o padrão europeu. As festas populares evidenciam os costumes portugueses: festas de padroeiros, quadrilhas juninas e reisados. Excetua-se o samba-de-roda, notadamente uma manifestação afro-brasileira.

Musicalidade:

As filarmônicas mereceram um capítulo à parte por tratar-se de um segmento cultural centenário, por estarem presentes em quase todos os municípios estudados, por serem um recurso da comunidade para a formação dos cidadãos e por serem um orgulho para todos os moradores dos lugares.

Culinária:

A culinária está relacionada com a origem dos lugares, suas peculiaridades quanto a clima, fauna e flora. Mas a farinha de mandioca é presença imprescindível em todas as mesas. No Recôncavo acompanha a maniçoba, é ingrediente para o pirão e a farofa que são servidos com o peixe. No sertão, a farinha é acompanhamento para a carne de boi, de carneiro e bode. Ela é um elemento tão importante na cultura gastronômica da região que, uma das entrevistadas em Rafael Jambeiro, diz que “antigamente, quando o rio enchia, tornava-se impossível a travessia e a população ficava até sem farinha”.

Em Antonio Cardoso, o doce de tomates é iguaria típica.

Também os pescados do rio foram motivo de estudo aprofundado tamanha a especificidade; recebem nomes indígenas e são diferenciados por sub-região.

Religião:

O catolicismo é a religião predominante em todas as localidades visitadas, com uma religiosidade popular muito forte: as rezas, ladainhas, esmolas e procissões são práticas enraizadas na cultura. A

presença de evangélicos pode ser notada pelos templos existentes, mas nenhuma pessoa se identificou como tal.

No Recôncavo o sincretismo religioso é evidente! Pessoas do Candomblé veneram santos católicos, participam de celebrações das duas religiões e, mesmo freqüentando os rituais católicos, identificam-se como “do Candomblé”.

No Sertão, as pessoas não se identificam de forma tão clara quando são do Candomblé. Nota-se certa reserva quanto a essa religião, embora nos relatos tenha sido possível obter informações de que existem muitos terreiros espalhados por todo o sertão.

Artesanato:

O artesanato é baseado na confecção de objetos utilitários feitos com argila extraída dos barreiros do rio Paraguaçu, principalmente nos distritos de Maragogipe. Em outras regiões utiliza-se argila importada de Maragogipinho. Fazem também artesanato em madeira, palha e, recentemente, com a chegada da criação de avestruzes, o artesanato com ovos dessa ave está sendo desenvolvido na região de Cabaceiras do Paraguaçu.

4.3 Patrimônio ambiental

Água doce:

A descoberta do rio Paraguaçu pelos portugueses é atribuída a Cristovão Jaques, comandante da primeira expedição guarda-costa, em 1501.

Paraguaçu = “ Mar Grande”

“ Rio Grande”

“ Água Grande”.

O seu nome foi grafado de várias maneiras, durante o decorrer do tempo:

- Peroaçu - por Men de Sá;
- Paraaassú - pelo padre Manoel da Nóbrega;
- Paraguaçu - por Gabriel Soares de Souza;
- Parasú - por Franz Post (pintor holandês);
- Peroassú - por Mirales (historiador).

Recebeu também o nome de Rio Cachoeira.

O rio Paraguaçu nasce em Barra da Estiva, na Chapada Diamantina, mais precisamente na serra do Cocal. Percorre cerca de 520 km de território baiano, passando por três regiões distintas: a região da Chapada Diamantina, com suas serras e vales; atravessa a Caatinga de terra fértil e clima árido e o Recôncavo carregado de história. Finalmente derrama suas águas na Baía de Todos os Santos.

Durante esse percurso recebe águas de vários afluentes, como: rios Riachão, Sumidouro, Alpercatas, Santo Antônio, Tupim, Capivari, Rio do Peixe, na margem esquerda. À direita recebe águas dos rios Una, Morro Preto, Seco, Paratigi, Jacuípe, Salgado, Capanema, Inhaumes além de outros rios e riachos.

A navegação foi sempre um fator importante na história do rio Paraguaçu, tanto do ponto de vista histórico quanto do econômico. Desde as rústicas canoas usadas pelos índios, e, ainda hoje, importante meio de transporte da população ribeirinha, até os sofisticados navios a vapor do final do século XIX até meados do XX, transportando pessoas e mercadorias.

A Barragem de Pedra do Cavalo foi, sem dúvida, a intervenção mais importante do homem no curso do rio. Localizada no baixo Paraguaçu, a poucos quilômetros das cidades de Cachoeira e São Félix e distante de Salvador cerca de 140 quilômetros.

Foi construída na primeira metade da década de 80 do século XX, objetivando, a princípio, controlar as cheias do rio Paraguaçu que inundavam as cidades de São Félix e Cachoeira. São as águas de sua represa que abastecem todas as cidades do seu entorno e a capital do estado. Atualmente tem a sua função ampliada com o aproveitamento hidrelétrico através da empresa Votorantin.

Um empreendimento dessa natureza gera benefícios e, naturalmente alguns prejuízos, principalmente no meio ambiente. As pessoas entrevistadas tiveram discernimento suficiente para fazerem uma análise e, de maneira geral, se pronunciaram sobre as benesses e prejuízos, enfatizando o seguinte:

- houve o benefício da água potável nos lares;
- as enchentes foram controladas;
- houve considerável diminuição dos peixes, principalmente na parte pós-barragem;
- surgiu dificuldade de comunicação entre as pessoas que circulavam facilmente nos rasos caminhos d'água com o alargamento do rio;
- ocorreu destruição das matas ciliares que foram submersas pelas águas do lago;
- houve um choque habitacional e cultural com o deslocamento das populações ribeirinhas para localidades onde as pessoas não se identificaram.

4.4 Ações Culturais e Educativas

Foram constatadas ações concretas em defesa do meio ambiente, por empresas, ONGS e órgãos governamentais:

- A Fundação Dannemann tem um projeto de reflorestamento da região, com o plantio de árvores nativas;
- A prefeitura de Antônio Cardoso, em parceria com a FTC de Feira de Santana, tem um programa de educação ambiental que consta de limpeza de riachos, caminhadas ecológicas, replantio de árvores nativas com mudas cedidas por uma empresa fumageira de Cruz das Almas;
- A pescadora Roquelina, poeta e presidente da Associação de Moradores, promove mutirões de limpeza do rio em Maragojipe;
- A Ong "Pró árvore e criança", em Santo Estevão, cuida da arborização da cidade através de um projeto de educação ambiental;
- O Colégio Santo Antônio, em Feira de Santana, desenvolve um importante trabalho em defesa das águas, principalmente do rio Subaé, tendo sido escolhido como projeto modelo pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2004.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Durval Vieira do. Província da Bahia.

BOLETINS do Museu Casa do Sertão.

BRASIL. *Constituição da República Federativa*, 1988.

BRASIL. Política Nacional de Museus. Brasília: Minc, 2003.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, s/d.

CABRAL, Ipojuca; CURVELLO, André (edit.). *Cachoeira e São Félix: revelações do tempo*. Salvador: s.l. s.ed., out.2004.

CASTELLANOS, Ana María de la O. *La historia oral como recurso metodológico en la enseñanza de la historia*. La Tarea: Revista de Educación y Cultura de Sección 47 del SNTE. s.l., s.n.,s.d.

CACHOEIRA. *A Cidade mais Negra e Mística da Bahia*. A Tarde. Salvador: Caderno de turismo, 20/08/00. p 6-7.

CACHOEIRA. Boletim Informativo Renovar Cachoeira. Prefeitura Municipal, 2006.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. (coord.). *UEFS 23/24 anos: construindo o futuro*. Feira de Santana: Museu Casa do Sertão/UEFS, 2000.

Declaração de Caracas. Caracas: UNESCO, 1992.

DOMINGUES, Alfredo José Pôrto; KELLER, Elza Coelho de Souza. *Bahia: guia da excursão n.6*, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

FERREIRA, Jurandyr Pires (planej. e orient.). Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. vol. XX e XXI.

Filarmônica Terpsícore Popular: sua vida sua história. Salvador: Empresa Gráfica Oxum LTDA, s/d.

FOLGUEIRA, Manuel Rodriguez. Album artístico, comercial e industrial do Estado da Bahia. Salvador: s/ed.,1930.

FONSECA, Fernando L. Ruínas notáveis. Separata da *Revista de Cultura da Bahia*. Salvador: Ed. Beneditina, 1972. jul/dez. 1970, n.5.

GAMA, Joaquim Gouveia da. *A data magna da Feira de Santana ou A independência da Feira de Santana*. Artigo não publicado. 1999.

GODOFREDO Filho. *Dimensão Histórica da Visita do Imperador a Feira de Santana*. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos, 2004.

GOVERNO do Estado da Bahia. *Guia Cultural da Bahia*. Salvador: v.2 e 10, 1997 e 1998.

GUIA QUATRO RODAS. *Brasil 2006*. São Paulo: Abril, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriene Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN / Museu Imperial de Petrópolis, 1999.

IMPrensa Oficial. Senadores da Bahia: dados biográficos:1926 a 2000. Brasília, 2000.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE MUNICÍPIOS BAIANOS. In:<[http:// www.pfldabahia.org.br](http://www.pfldabahia.org.br)>. Acesso em:14/03/2006.

LODY, Raul. *Dicionário de arte sacra e técnicas afro-brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2003.

MATOS, Milton dos Santos. *Recôncavo: berço dos canaviais*. Salvador: Itapuã, 1976.

MENEZES, Gil Mário de Oliveira (org.). *Museu Regional de Feira de Santana: acervo*. Feira de Santana: UEFS, 2000. (catálogo)

MORO, Fernanda Camargo. *Aquisição/Documentação*. Rio de Janeiro: Editora Eça, 1988.

MURITIBA. Informativos "5 de março". Ano IV. N.º 8 e 9, jan.-abr. e maio-ago., 2001.

NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. In: <<http://www.wikipedia.com.br>>. Acesso em: 14/03/2006.

NETO, Zahidé Machado. *Quadro sociológico da "civilização" do Recôncavo*. Salvador: UFBA/Centro de Estudos Baianos, 1971. n.º71.

O RECÔNCAVO é a parte mais bela e nobre da Bahia. *Jornal do Paraguaçu*. S/l: ano I, nº 1, 06/1997.

PEDREIRA, Pedro Tomás. *O rio Paraguaçu e a sua navegação*. Salvador: UFBA/Centro de Estudos Baianos, 1981. n.º91.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

PIMENTA, Ely de Oliveira Rosa. *A intervenção do Estado no desenvolvimento rural: estudo do projeto integrado do desenvolvimento da Bacia do Paraguaçu*. 3. ed. Salvador: s.ed., 2001.

REVISTA DE CULTURA DA BAHIA. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2002. n.º 20.

REVISTA INFORMATIVA. S/l: s/ed. ano IV. n.º IV, mar. 2004.

ROCHA, Rubens. *A Fascinante Cachoeira: Jóia do Recôncavo Baiano*. Cachoeira: Gráfica Santa Bárbara Ltda., 2002.

ROUCHOU, Joille. História oral: entrevista-reportagem X entrevista-história. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v.23, n.1, jan/jun. 2000. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/revista/rbcc2000/rouchou.html>>. Acesso em: 03/02/2003.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: EDUSP, 1972. Coleção Biblioteca Histórica Brasileira.

SÁ, Fernando dos Santos. *Maragogipe no tempo e no espaço*. Maragogipe: Prefeitura Municipal, 2001. Coleção Cultura de Maragogipe.

SANTANA, Eddy. Rafael Jambeiro, organização política, social, geográfica, econômica, administrativa e jurídica. Rafael Jambeiro: Fundação de Desenvolvimento Cultural Educacional São Rafael / Prefeitura Municipal de Rafael Jambeiro, 1999. (monografia não acadêmica).

SANTOS, Cristina. IPAC tomba Terreiro em Maragogipe. A Tarde, Salvador. 30 de março de 2006. p.7.

SÃO GONÇALO. In: <[http:// www.2uol.com.br/Gula/Charutos](http://www.2uol.com.br/Gula/Charutos)>. Acesso em: 21/03/2006.

SILVA, Aldo José Morais. *Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2000

SOUSA, Ronaldo. *Estudo histórico de Maragogipe*. Maragogipe: 2005 (no prelo).

SOUSA, Ronaldo. De como aconteceu a primeira lavagem. Maragogipe: s/d. (artigo não publicado).

SOUZA, Antônio Loureiro de. A capelinha de São José do Jenipapo. A Tarde. Salvador, 01.11.1981.

SOUZA, Oséas Fernando O. Atividade econômica do município de São Félix: período de 1534-2005. São Félix: Arquivo Público Municipal Dr. Júlio Ramos Almeida, 2005. (monografia não acadêmica).

SOUZA. Oséas Fernando O. Histórico de São Félix. São Félix: Prefeitura Municipal de São Félix / Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2005. (monografia não acadêmica)

TAVARES, Odorico. *Bahia: imagens da Terra e do Povo*. Rio de Janeiro:Ediouro, s.d.

UNESCO. Convenção da UNESCO. 1972.

VERGER, Pierre. Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, 15 de Agosto. In: _____. *Notícias da Bahia de 1850*. 2. ed. Salvador: Ed. Corrupio, 1999.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã. Vol. 2 e 3. Coleção Baiana.

